

BIG TECH

**A ASCENSÃO
DOS DADOS
E A MORTE
DA POLÍTICA**

**EVGENY
MOROZOV**

**tradução
CLAUDIO MARCONDES**

7	<i>Prefácio a esta edição</i>
13	Introdução: capitalismo tecnológico e cidadania
27	Por que estamos autorizados a odiar o Vale do Silício
43	Solucionismo, um conto de fadas
81	A ascensão dos dados e a morte da política
102	Como cobaias desavisadas
117	Catástrofe informacional: o custo da hipocrisia
138	Efeitos colaterais dos algoritmos para a cultura democrática
144	Big Tech: pós-capitalismo
163	A mediação digital de tudo: na interseção da política, da tecnologia e das finanças
182	Quem está por trás das <i>fake news</i> ?
188	<i>Fontes dos textos</i>
189	<i>Sobre o autor</i>

PREFÁCIO A ESTA EDIÇÃO

Após duas décadas de utopismo digital, marcadas pela adoção incondicional das últimas vogas de Palo Alto e de Shenzhen, o mundo enfim entrou numa era de sobriedade digital. As plataformas tecnológicas globais deixaram de ser vistas como companheiras inofensivas e invisíveis, empenhadas em amenizar, ou mesmo eliminar, as arestas da existência cotidiana – sempre em nome de um compartilhamento descomplicado e de uma transparência universal. Agora, tais plataformas são cada vez mais percebidas como um bloco poderoso, com interesses mercantis ocultos, lobistas e projetos de dominação do mundo.

A tecnologia digital da atualidade, ficou evidente, não é apenas ciência aplicada, como ainda sustentam as filosofias mais vulgares da tecnologia. Ela é, na verdade, um emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumismo desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos mais íntimos. Ao insistir nas queixas contra as práticas desprezíveis da Uber ou do Airbnb, ou contra as tendências monopolistas da Amazon ou da Alibaba, alguns críticos da tecnologia – há ocupação mais absurda do que essa? – adotam uma visão geral invertida: nossa sociedade digital, quaisquer que sejam suas falhas, não é a causa do mundo em que vivemos, e sim consequência dele.

Não existiria o Uber sem as décadas de afrouxamento das legislações trabalhistas ao redor do mundo (a tal ponto que uma das *startups* mais valiosas do mundo é representada por um algoritmo que concilia oferta e demanda, com vínculos empregatícios escassos, e ainda menos ativos em seu nome). Do mesmo modo, não haveria Airbnb sem décadas de política

econômica incentivando os cidadãos a considerar seus imóveis residenciais como ativos – como investimentos lucrativos que um dia poderiam compensar a eventual insuficiência de instituições anteriores, como o Estado do bem-estar social. O Airbnb não é apenas a extensão dessa lógica, mas aquilo que permite a rentabilização desse ativo imobiliário dia após dia, turista após turista.

Atacar essas duas empresas como se fossem a raiz do problema é dar crédito demais a seus fundadores e, ao mesmo tempo, ignorar o contexto histórico social e econômico mais amplo das últimas décadas – desde o final da Guerra Fria até o desenrolar da crise financeira de 2008. Esse contexto moldou não só nossas políticas, como também, em aspectos ainda invisíveis para a maioria, nossas tecnologias.

Já é quase um clichê afirmar que “dados são o petróleo do século XXI”. Há muito a criticar nessa definição. Para começar, a forma como produzimos dados é muito diferente daquela como a natureza produz seus recursos. Mas esse chavão, por mais desgastado que esteja, acerta em um ponto, ao levar em conta a escala da transformação digital que se encontra à nossa frente.

Não surpreende o surgimento de um nicho de consultorias digitais e de gurus tecnológicos, os quais insistem na ideia de que uma sociedade detentora de tantos dados vai acabar solucionando todas as contradições que o sistema capitalista global não consegue resolver por conta própria: ao nos proporcionar trabalhos flexíveis e bem remunerados; ao punir os participantes deletérios do mercado por meio de mecanismos de autocorreção instantâneos; ao introduzir eficiência e sustentabilidade onde antes não havia – e tudo isso graças a aparatos inteligentes.

Todas essas previsões podem ter seu fundo de verdade, **8** mas certamente essa não é a única lição a extrair da com-

paração entre dados e petróleo. Cabe lembrar que a história do petróleo no século XX também se caracteriza pela violência, por pressões corporativas, guerras incessantes e desnecessárias, derubada de regimes democráticos na expectativa de assegurar o controle de recursos estratégicos, aumento da poluição e alterações climáticas. Se os dados são o petróleo do século XXI, quem vai ser o Saddam Hussein deste século?

Considerar essa questão nos dias de hoje pode parecer não só excessivamente sarcástico, como também ridículo. Mas não precisaria ser assim: deveria ser óbvio que o fato de que os dados – e os serviços de inteligência artificial que eles ajudam a estabelecer – vão se constituir em um dos terrenos cruciais dos embates geopolíticos deste século. Até agora, os principais competidores são bem conhecidos – os Estados Unidos e a China, os dois países com setores tecnológicos mais avançados –, mas é bem provável que outros, como a Rússia e a Índia, vão buscar um lugar no pelotão de frente, no mínimo movidos pelo temor de uma dependência excessiva de serviços digitais estrangeiros.

E onde fica o Brasil? De um lado, o país foi um dos primeiros no mundo a reconhecer a importância de recuperar a soberania tecnológica. Infelizmente, as iniciativas e as promessas aventadas após as revelações de Edward Snowden mostraram-se insuficientes e quase caíram no esquecimento, em meio às turbulências que afetaram a política brasileira nos anos seguintes. De outro lado, o Brasil também foi um dos primeiros países do mundo a insistir num enquadramento robusto dos direitos digitais – o chamado Marco Civil.

Neste caso, os resultados foram um pouco melhores. A iniciativa do Marco Civil, ainda que inconclusa, é uma manobra importante, sobretudo agora que, cada vez mais, as plataformas digitais buscam nos atrair para seus impérios **9**

digitais acenando com serviços gratuitos e convenientes – um paradigma quase antitético ao dos direitos digitais. Independentemente de estarem sediadas em Seattle ou em Pequim, as plataformas digitais ganham dinheiro com a promessa de converter os direitos públicos duramente conquistados – o direito à liberdade de expressão, à segurança, ao transporte – em serviços eficientes, proporcionados pelo setor privado, mas desprovidos de garantias. Qualquer esforço, como o Marco Civil, que vise reverter esse processo é um passo na direção certa.

O consenso atual é de que o único baluarte contra o avanço das empresas globais de tecnologia é a Europa, com uma burocracia atuante, uma legislação antitruste consolidada e o respeito universal que nutre pela privacidade. Depois de observar o continente por muitos anos, arrisco-me a discordar dessa visão: estou convencido de que não se pode enfrentar com êxito o desafio imposto pelas grandes empresas tecnológicas apenas com intervenções jurídicas, por mais bem concebidas que sejam.

O que se requer, por outro lado, é um poderoso *ethos* de dinamismo empresarial, associado ao firme compromisso de repensar radicalmente o funcionamento da nossa sociedade – e o papel que a tecnologia desempenha nela. Os progressistas radicais – entre os quais felizmente me incluo – não podem se dar ao luxo de serem tecnofóbicos. Rejeitar a inteligência artificial e outras soluções que fazem uso intensivo de dados somente porque a Amazon e a Alibaba recorrem a elas para fins execráveis é atarmos nossas mãos num momento absolutamente crucial.

A Europa, infelizmente, está muito velha e agonizante – e dilacerada demais por seus infortúnios históricos – para embarcar nesse ambicioso projeto intelectual e político. Já o Brasil tem todos os requisitos para fazê-lo. É uma sociedade

jovem, com muito mais abertura para a inovação, mesmo a de cunho mais radical. Ainda que tenha perdido alguns anos com disputas internas, não há motivo para que abandone a batalha.

É bem provável que a luta global pelos dados e pela supremacia da inteligência artificial, mais uma vez, ajude a cristalizar a verdade que muitos teóricos da dependência – entre os quais vários brasileiros – entenderam há muito: quem domina a tecnologia mais avançada também domina o mundo. A tarefa futura da política progressista, no Brasil e em outras partes, deve ser a de desenvolver uma estratégia para assegurar esse controle – evidentemente, por meios democráticos.

De outro modo, não vai demorar muito para que empresas como o Facebook e a Alphabet recorram a um estratagema final e coloquem em risco a própria ideia de uma política democrática: vendendo-nos a ideia de liberdade como o serviço digital supremo – que elas nos proporcionariam de bom grado, por uma pequena taxa, é claro.

As eleições brasileiras de 2018 mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar as redes como agentes políticos. O modelo de negócios da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam (ou seja, se geram números recorde de cliques e curtidas), uma vez que é pela análise de nossos cliques e curtidas, depurados em retratos sintéticos de nossa personalidade, que essas empresas produzem seus enormes lucros. Verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas.

Como qualquer eleição recente pode evidenciar, a infraestrutura da comunicação política mudou drama-

ticamente. Esforços feitos no passado para controlar seu uso – como leis de financiamento de campanha política e restrições do tempo de TV de cada candidato – não são mais adequados em um mundo onde grande parte da comunicação se dá em plataformas digitais. Caso não encontremos formas de controlar essa infraestrutura, as democracias se afogarão em um *tsunami* de demagogia digital; esta, a fonte mais provável de conteúdos virais: o ódio, infelizmente, vende bem mais que a solidariedade.

É difícil, portanto, que exista uma tarefa mais urgente do que a de imaginar um mundo altamente tecnológico, mas, ao mesmo tempo, livre da influência perniciosa da Big Tech. Uma tarefa intimidadora, que, se deixada de lado, ainda causará muitos danos à cultura democrática.

E.M., 9 de novembro de 2018

INTRODUÇÃO: CAPITALISMO TECNOLÓGICO E CIDADANIA

No final da década de 1960, o mundo viu surgir um movimento cuja retórica se repetiria, quase literalmente, décadas mais tarde. Um grupo de videoativistas, equipados com câmeras portáteis e entusiasmados com o potencial da TV a cabo, se propôs documentar as injustiças e contestar os poderes constituídos. Chegara finalmente aquele momento revolucionário, no qual os cidadãos comuns podiam usar a tecnologia para produzir e transmitir os próprios programas.

Quem lê os artigos daquela época – nos Estados Unidos, muitos deles eram publicados numa revista de contracultura, a *Radical Software* – fica assombrado com a ingenuidade absoluta da crença então demonstrada na força política dessas tecnologias. Inspirados nas obras de Marshall McLuhan e Buckminster Fuller, esses ávidos intelectuais do vídeo imaginavam que a aldeia global pós-política e pós-capitalista estava prestes a ser alcançada.

Ao pesquisar esse período, deparei com *My Life in Video* [Minha vida em vídeo], um ensaio inédito de 1973, escrito por Barry Schwartz, um personagem relativamente secundário daquele movimento. A crítica do utopismo daquele grupo feita por Schwartz era colérica e incisiva. “Se permitirmos que a TV a cabo

e o vídeo continuem como atividades *laissez-faire*, movidas
13 pela busca de lucro, ou como pesquisa patrocinada pelo go-

verno”, escreveu, “ela vai acabar se transformando em um Catálogo Montgomery Ward McLuhanizado” – numa alusão a um catálogo de compras pelo correio famoso entre os norte-americanos. “É no campo dos embates efetivos [...] que os adeptos da pós-política são letais, convictos de que a tecnologia vai, por si mesma, transcender todas as tentativas de contê-la”, lamentava.

Contudo, o que chamou a minha atenção foi a conclusão inesquecível desse ensaio. Schwartz menciona um aquário marinho recém-adquirido para abrigar seus peixes tropicais. Apesar da opinião de muitos aquaristas, comentou ele, bem mais importante do que as características químicas da água no tanque (por exemplo, a temperatura, os níveis de pH, os vestígios de metais etc.), é o bem-estar das bactérias invisíveis presentes no aquário. Quando essas bactérias morrem, a morte dos peixes é praticamente inevitável – ainda que continuem a nadar por mais algum tempo –, o que causa muita confusão entre os observadores externos.

No que se refere ao vídeo e à TV a cabo, continua Schwartz, a situação é basicamente a mesma.

Tal como utilizados, os meios de comunicação existentes são dolorosamente inadequados para a comunicação de sua própria crise [...]. E, quando olho para o mundo do vídeo, noto que prestamos atenção demais ao que Nós fazemos e nos preocupamos muito pouco com o que Eles fazem. Assim como os meus peixes, talvez, no mesmo momento em que desfrutamos de sua existência, o fim já se avizinha.

Examinando o mundo tecnológico atual, não é difícil chegar a uma conclusão similar: no fundo, estamos diante do nosso
14 próprio aquário digital, repleto de peixes mortos que, mi-

lagrosamente, continuam a nadar. E fazem isso apesar dos crescentes indícios de que os sonhos utópicos, que estão por trás da concepção da internet como uma rede intrinsecamente democratizante, solapadora do poder e cosmopolita, há muito perderam seu apelo universal. A aldeia global jamais se materializou – em vez disso, acabamos em um domínio feudal, nitidamente partilhado entre as empresas de tecnologia e os serviços de inteligência.

Quão genuína era a promessa de emancipação implícita nos primórdios da cibercultura? Teria sido possível outro rumo, se os cidadãos assumissem o controle? Ainda nos resta a esperança de retomar a soberania popular na tecnologia?

Não há como responder a tais questões sem antes admitir a presença do elefante na sala do servidor: as nossas tecnologias – e as ideologias que elas promovem – são, em grande medida, norte-americanas. É bem verdade que as empresas de tecnologia russas e chinesas têm fortalecido cada vez mais a sua musculatura, tanto em casa como no exterior. Não há como negar, porém, que os governos desses países se opõem mais ao imperialismo de Washington do que ao neoliberalismo do Vale do Silício. O que eles mais temem é o uso geopolítico das plataformas estrangeiras de tecnologia contra seus interesses nacionais; mas não veem muito problema no modelo básico hipercapitalista de plataforma/monopólio adotado por muitas empresas do Vale do Silício.

O caso europeu é bem mais deprimente. Com raras exceções, como o Skype e o Spotify, não há equivalentes regionais do Facebook, do Google ou da Amazon, e a região parece ter se conformado com o predomínio do Vale do Silício, ainda que os outros setores da economia europeia, desde os fabricantes de automóveis até as editoras, comecem a mostrar inquietação
15 com a possibilidade de seus mercados serem engolidos pelas empresas norte-americanas de tecnologia. Nesse

SOBRE O AUTOR

Evgeny Morozov nasceu em Soligorsk, Bielorrússia, em 1984. Estudou de 2001 a 2004 na American University in Bulgaria, obtendo um BA em Economia e administração de empresas.

Viveu alguns anos em Berlim, *fellow* da American Academy. Mudou para os Estados Unidos, onde foi professor visitante da Universidade de Stanford, *fellow* da New American Foundation e da Georgetown University e colaborador e editor da revista *Foreign Policy*, da qual foi autor do blog *Net Effect*. Em 2018 obteve o PhD em História da Ciência na Universidade de Harvard.

Publicou *To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism* [Para salvar tudo, clique aqui: a loucura do solucionismo tecnológico] (PublicAffairs, 2013) e *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom and To Save Everything* [A desilusão da rede: o lado negro da liberdade da internet e para salvar tudo] (PublicAffairs, 2011), dois livros de referência para a reflexão sobre internet e seus efeitos. Além da publicação acadêmica, Morozov é um atuante colaborador da grande mídia, com textos publicados em veículos como *The New York Times*, *The Economist*, *The Wall Street Journal*, *Financial Times*, *London Review of Books*, *The Guardian* e *Times Literary Supplement*. Mantém uma coluna mensal no *Observer* (*The Guardian*), republicada em jornais internacionais como *El País*, *Internazionale* e *Süddeutsche Zeitung*. Em 2018 foi nomeado um dos 28 europeus mais influentes pela revista *Politico*, uma organização global apartidária de notícias políticas.

COLEÇÃO EXIT Como pensar as questões do século XXI? A coleção Exit é um espaço editorial que busca identificar e analisar criticamente vários temas do mundo contemporâneo. Novas ferramentas das ciências humanas, da arte e da tecnologia são convocadas para reflexões de ponta sobre fenômenos ainda pouco nomeados, com o objetivo de pensar saídas para a complexidade da vida hoje.

COORDENAÇÃO Florencia Ferrari e Milton Ohata

LEIA TAMBÉM

24/7 - capitalismo tardio e os fins do sono

Jonathan Crary

Desobedecer

Frédéric Gros

Esperando Foucault, ainda

Marshall Sahlins

Os pecados secretos da economia

Deirdre McCloskey

Reinvenção da intimidade - políticas do sofrimento cotidiano

Christian Dunker

© Ubu Editora, 2018

© Evgeny Morozov, 2018

Coordenação editorial FLORENCIA FERRARI

Assistentes editoriais ISABELA SANCHES E JÚLIA KNAIPP

Preparação ELOAH PINA

Revisão CLAUDIA CANTARIN e DANIELA UEMURA

Projeto gráfico da coleção ELAINE RAMOS e FLÁVIA CASTANHEIRA

Projeto gráfico deste título LIVIA TAKEMURA

Produção gráfica LILIA GÓES

Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecário Vagner Rodolfo da Silva - CRB 8 / 9410

Morozov, Evgeny [1984-]

Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política /

Evgeny Morozov; traduzido por Claudio Marcondes. -

São Paulo: Ubu Editora, 2018. / 192 pp. / Coleção Exit

ISBN 978 85 7126 012 2

1. Big Tech. 2. Dados. 3. Política. I. Marcondes,

Claudio. II. Título.

CDD 005.13

CDU 004.62

Índice para catálogo sistemático:

1. Tecnologia: dados 005.13

2. Tecnologia: dados 004.62

UBU EDITORA

Largo do Arouche 161 sobreloja 2

01219 011 São Paulo SP

(11) 3331 2275

ubueditora.com.br